



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0002790-05.2022.6.12.8000

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de acesso à Internet para os prédios ocupados pelo TRE-MS (sede, Cartórios Eleitorais e outras localidades), através de **links dedicados de dados**.

Item	Especificação	Catser	Unidade	Quantidade de links (A)	Valor Unitário Máximo mensal (B)	Valor Total Máximo (12 meses) (C=AxBx12)	Valor Total Máximo (60 meses) (D=AxBx60)	Intervalo mínimo entre lances
1	Link dedicado de dados 500 Mbps com 29 IPs (Campo Grande - Secretaria do TRE)	26484	Serviço	01	R\$ 5.299,73	R\$ 63.596,76	R\$ 317.983,80	R\$ 15,00
2	Link dedicado de dados 50 Mbps com, pelo menos, 5 IPs	26484	Serviço	04	R\$ 1.529,67	R\$ 73.424,16	R\$ 367.120,80	R\$ 10,00
3	Link dedicado de dados 30 Mbps com, pelo menos, 5 IPs	26484	Serviço	82	R\$ 1.116,33	R\$ 1.098.468,72	R\$ 5.492.343,60	R\$ 10,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							6.177.448,20	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência e execução da contratação é de 60 meses (5 anos), contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista que servem para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar e as justificativas abaixo:

1.5.1. Estabelecer um contrato continuado plurianual para garantir estabilidade e previsibilidade para as operações de TIC, permitindo que a equipe de TIC se concentre no desenvolvimento e aprimoramento contínuo de sistemas, sem a necessidade constante de procurar e contratar novos prestadores.

1.5.2. Obter condições mais favoráveis em termos de preço e garantir eficiência financeira, ao oferecer segurança de longo prazo ao fornecedor de serviços de TIC, tornando-os mais competitivos e capazes de ofertar melhores valores.

1.5.3. Estabelecer um relacionamento sólido e de longo prazo com fornecedores de serviços de TIC, promovendo uma parceria estratégica, colaboração estreita, comunicação eficiente e alinhamento com

objetivos, resultando em uma melhor entrega dos serviços de TIC.

1.6. Além da exigência de autorização técnica da Anatel, deverão possuir as seguintes configurações a fim de garantir a qualidade mínima em atendimento a comunicação do BackBone Secundário:

1.6.1. A operadora deverá ser um Autonomous System (AS) a fim de garantir a não alteração dos endereços IPs fornecidos durante a duração do contrato, o que geraria impacto nas configurações dos equipamentos do TRE/MS.

1.6.1.1. Em caso de alteração de endereço IP durante a vigência do contrato, é responsabilidade da contratada:

1.6.1.1.1. Avisar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 dias úteis sobre a alteração; e

1.6.1.1.2. Enviar técnico autorizado para configuração de IP no equipamento da CONTRATANTE (a saber, o Checkpoint), sendo considerado indisponibilidade o período em dias úteis que a VPN não funcionar em caso de atraso na configuração.

1.6.1.2. A comprovação da exigência constante na cláusula 1.6.1 deverá ocorrer no momento de assinatura do contrato, mediante apresentação dos endereços de IP dedicados.

1.7. Para o link da Secretaria do TRE/MS (item 01), é vedado utilizar a infraestrutura da empresa AcessoLine Telecomunicações (ALT), uma vez que a empresa citada possui contrato de fornecimento de link backup e, em caso de falha na infraestrutura da empresa fornecedora do link principal, o link backup não deve ser afetado pela mesma falha.

1.8. Faculta-se à operadora interessada a realização de visita e vistoria, mediante agendamento prévio, às unidades da Justiça Eleitoral a serem atendidas pelos serviços, para fins de coleta de informações necessárias à elaboração da sua proposta.

1.8.1. Para os Links localizados em Campo Grande/MS, o agendamento deverá ser realizado junto a Seção Administração de Infraestrutura de Redes e Datacenter do TRE-MS, através do telefone (67) 2107-7119 ou 2107-7122, de segunda à sexta-feira, no horário das 12 às 18 horas.

1.8.2. Para os Links situados no interior do Estado, o agendamento deverá ser realizado junto ao Cartório Eleitoral, cujo telefone para contato poderá ser obtido no sítio deste Tribunal na internet (www.tre-ms.jus.br), na página "Institucional/Zonas Eleitorais".

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. Descrição da solução:

2.1.1. Link dedicado de dados de comunicação com a internet com fornecimento de IPs fixos.

2.2. Especificações do serviço:

2.2.1. Link de dados:

2.2.1.1. Velocidade de download:

2.2.1.1.1. Mínimo 500 Megabits por segundo (Mbps) para Secretaria (Item 01);

2.2.1.1.2. Mínimo 50 Megabits por segundo (Mbps) para os Fóruns Eleitorais de Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas (Item 02);

2.2.1.1.3. Mínimo 30 Megabits por segundo (Mbps) para as demais localidades (Item 03);

2.2.1.2. Velocidade de upload:

2.2.1.2.1. Mínimo 500 Megabits por segundo (Mbps) para Secretaria (Item 01);

2.2.1.2.2. Mínimo 50 Megabits por segundo (Mbps) para os Fóruns Eleitorais de Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas (Item 02);

2.2.1.2.3. Mínimo 30 Megabits por segundo (Mbps) para as demais localidades (Item 03);

2.2.1.3. Franquia de dados: Ilimitada;

2.2.1.4. Tempo de retardo na comunicação (Latência) e Perda de pacotes:

2.2.1.4.1. Latência Máxima para os domínios google.com.br e simet.nic.br:

2.2.1.4.1.1. 50 milissegundos para o Link da Secretaria (Item 01);

2.2.1.4.1.2. 100 milissegundos para os demais links (Itens 02 e 03).

2.2.1.4.2. Outros domínios podem ser utilizados, em comum acordo entre as partes, caso seja constatado que estes primeiros causem distorções nos testes;

2.2.1.4.3. Máxima Perda de pacotes admitida: 2%;

2.2.1.4.4. Os testes deverão ocorrer sem concorrência com outro tráfego gerado pela rede interna, a fim de evitar perda por exceder a largura de banda;

2.2.1.4.5. Os testes deverão ocorrer em janelas de 05 (cinco) minutos, com no mínimo 60 amostras por janela;

2.2.1.5. Tamanho dos pacotes: 1500 (configuração padrão de ethernet MTU);

2.2.1.6. Permissões:

2.2.1.6.1. Permitir o uso da tecnologia VPN, baseadas nas tecnologias IPSec e OpenVPN, sem degradação do link;

2.2.2. Endereçamento de Internet (IP):

2.2.2.1. Fornecimento de Rede de IP fixo:

2.2.2.1.1. Para Secretaria: Máscara /27 com 1 IP para a Rede, 1 IP para o Gateway, 29 IPs para Hosts do TRE-MS e 1 IP de broadcast;

2.2.2.1.2. Para demais localidades: Máscara /29 com 1 IP para a Rede, 1 IP para o Gateway, 5 IPs para Hosts do TRE-MS e 1 IP de broadcast.

Item	Máscara de sub-rede	Notação CIDR	Hosts TRE-MS	Gateway (CONTRATADA)	Checkpoint (CONTRATANTE)	Hosts (CONTRATANTE)
01	255.255.255.224	/27	29	IP final 00001 (binário)	IP final 00010 (binário)	IPs final 00011 a 11110
02	255.255.255.248	/29	5	IP final 001 (binário)	IP final 010 (binário)	IP final 011, 100, 101 e 110
03	255.255.255.248	/29	5	IP final 001 (binário)	IP final 010 (binário)	IP final 011, 100, 101 e 110

2.3. EQUIPAMENTOS:

2.3.1. Deverão ser fornecidos, sem quaisquer ônus ao TRE/MS, todos os equipamentos e acessórios necessários à ativação dos links contratados (tais como: modem, roteador, etc.), devendo os mesmos funcionar com a tensão elétrica bivolt (115 ~ 220), vedada a necessidade da utilização de adaptadores.

2.3.1.1. Os equipamentos fornecidos deverão ser instalados:

2.3.1.1.1. Para o Link da Secretaria (Item 01), no Datacenter do TRE-MS a fim de utilizar o mesmo fornecimento de energia dos demais equipamentos, de forma que uma oscilação de energia externa ao Datacenter não gere interrupção na comunicação de dados contratada, **com tomadas padrão IEC C14, aceitando, no máximo, um adaptador fornecido pela CONTRATADA;**

2.3.1.1.2. Para os demais Links (Itens 02 e 03), no local indicado pelo Fiscal Local, com tomada padrão brasileiro vigente.

2.3.2. Os equipamentos de roteamento deverão possuir portas do tipo FastEthernet, ou superior, para comunicação com a rede LAN do TRE/MS.

2.3.2.1. Os equipamentos deverão ser compatíveis com o appliance CheckPoint® instalado no TRE-MS.

2.3.3. Os equipamentos de roteamento deverão possuir suporte ao protocolo SNMP, com acesso somente leitura, versão 2 ou 3, para possibilitar o monitoramento dos seguintes recursos de forma remota:

2.3.3.1. Carga de processamento;

2.3.3.2. Bytes trafegados pelas portas WAN e LAN;

2.3.3.3. Velocidade configurada na porta WAN;

2.3.3.4. Taxa de erro das portas WAN e LAN.

2.3.4. Todas as informações de configuração para acesso somente leitura de que trata a cláusula anterior (comunidade, usuário, senha, etc) deverão ser fornecidos ao TRE/MS.

2.3.5. Todos os equipamentos deverão ter dimensionamento correto para trabalhar com a velocidade contratada.

2.3.6. Os equipamentos e acessórios fornecidos para a ativação dos links contratados deverão ser imediatamente substituídos (sem quaisquer ônus ao contratante) pela operadora no caso da constatação de defeito/avaria que prejudique a utilização dos serviços e cuja causa não seja imputada ao TRE/MS.

2.4. GARANTIA DE BANDA:

2.4.1. Os serviços de acesso à internet deverão possuir garantia mínima de 99% (noventa e nove por cento) da banda (velocidade) contratada, para download e upload.

2.4.2. Não será permitido o uso de "trunking" (agregação), ou seja, o uso de mais de um enlace para atingir a velocidade para o link contratado.

2.5. DAS CONFIGURAÇÕES:

2.5.1. A operadora será responsável pela configuração dos equipamentos necessários para o correto funcionamento do link de acesso à internet.

2.5.1.1. Exclui-se Equipamentos da CONTRATANTE, salvo para atender o subitem 1.6.1.1.2.

2.6. DISPONIBILIDADE:

2.6.1. A operadora deverá garantir que o link tenha SLA/ANS (Service Level Agreement / Acordo de Nível de Serviço) estabelecido de, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) de disponibilidade, a ser medida

mensalmente através de ferramenta disponibilizada, sem custo, pela CONTRATADA ou por ferramenta do CONTRATANTE.

2.6.1.1. Após a soma das interrupções ocorridas no mês, será considerada uma hora de indisponibilidade qualquer fração de tempo igual ou superior a trinta minutos e desconsiderada as inferiores.

2.6.1.2. A indisponibilidade será computada do momento de abertura do chamado através da central de atendimento da CONTRATADA até o momento do restabelecimento da conexão que deverá ser validada pela equipe do TRE-MS.

2.6.1.3. Os meios e procedimentos a serem adotados para garantia da disponibilidade destas cláusulas de SLA serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não podendo, para tanto, exigir pagamento adicional além daqueles já previstos neste documento.

2.6.2. O serviço de acesso à internet deverá ficar ativo na modalidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.6.3. O serviço de acesso à internet não deverá possuir nenhum tipo de restrição de uso, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda contratada.

2.7. DAS INSTALAÇÕES:

2.7.1. A operadora realizará a instalação do link de acesso à internet considerando a velocidade discriminada para o objeto neste Termo de Referência.

2.7.2. O prazo de instalação do link não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da data de solicitação feita pela fiscalização do TRE-MS.

2.7.3. Deverão constar previstas em proposta todos os custos referentes à instalação/habilitação do link, inclusive os decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral.

2.7.4. A passagem dos cabos necessários para ativação dos links de acessos à Internet, desde o ambiente externo até o local onde ficarão os equipamentos de comunicação do TRE, será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo utilizar para tanto, preferencialmente, a infraestrutura de cabeamento disponível no Prédio do TRE-MS (calhas, dutos, eletrocalhas, etc).

2.7.5. Para o Link da Secretaria (Item 01), A operadora deverá fornecer o link, obrigatoriamente, por meio terrestre, implementado por meio de fibra ótica.

2.7.5.1. Tal medida é motivada em razão de que o link, contratado no item 01, será concentrador, cabendo por necessária a utilização de tecnologia com menor suscetibilidade à interferência. Desta forma, não será admitido acesso à internet via satélite, pares metálicos ou rádio, pois essas são tecnologias mais suscetíveis a interferências atmosféricas.

2.7.6. Os horários de trabalho de instalação da conexão à internet do TRE também deverão ser previamente agendados, e executados em conjunto com equipe técnica designada pela Seção de Administração de Infraestrutura de Redes e Datacenter do TRE, de maneira a garantir a mínima interferência no andamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral.

2.8. DOS TESTES PARA ACEITE DOS LINKS INSTALADOS:

2.8.1. Após a instalação serão realizados testes de funcionamento do link de acesso à internet fornecido, emitindo relatórios de testes em duas vias, as quais deverão ser assinadas pelos executores e pelos servidores designados a fiscalização dos serviços.

2.8.1.1. Os testes deverão ser realizados pela equipe da CONTRATADA.

2.8.1.2. Não sendo possível a realização dos testes pela CONTRATADA, os mesmos serão realizados pela equipe da CONTRATANTE. Nesse caso a CONTRATADA não poderá refutar os métodos e ferramentas utilizados, bem como os resultados obtidos.

2.8.1.3. O link será considerado instalado e passível de faturamento somente após o teste e aceite dos links.

2.8.2. Serão realizados os seguintes testes nos links instalados:

2.8.2.1. Acesso à internet;

2.8.2.2. Aferição da velocidade do link instalado, tanto para download como para upload;

2.8.2.3. Verificação da latência e perdas de pacotes; e

2.8.2.4. Correto funcionamento do protocolo SNMP no equipamento de roteamento.

2.9. DA MANUTENÇÃO E TEMPO DE REPARO:

2.9.1. O serviço de manutenção deverá ser prestado pela CONTRATADA, que atenderá obrigatoriamente as seguintes condições:

2.9.1.1. Todos os serviços de manutenção do link de acesso à internet são de inteira responsabilidade da operadora e devem ser efetuados durante a vigência contratual, restando inclusos seus custos no pagamento mensal relativo ao fornecimento do link de acesso, não se admitindo quaisquer despesas adicionais para o TRE-MS com a prestação destes serviços;

2.9.1.2. A operadora será responsável pela manutenção corretiva quando detectado algum mau funcionamento de enlaces ou equipamentos, ou ainda decorrentes de problemas nas instalações, de

forma a normalizar o funcionamento do sistema;

2.9.1.3. O serviço de manutenção deverá, sempre que possível, ser realizado no local onde o equipamento se encontra instalado, sendo que, caso seja necessária a remoção, caberá à operadora promover a substituição do equipamento por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento, de forma a não interromper o funcionamento do sistema.

2.9.1.4. Deverá ser permitida abertura de chamado de manutenção junto à central de atendimento da operadora, através de telefone, e-mail ou portal web.

2.9.1.4.1. A central de atendimento para abertura de chamados de que trata a cláusula anterior deverá funcionar na modalidade 24 horas por dia, 7 dias por semana.

2.9.2. Constatada alguma falha no funcionamento da solução contratada, a CONTRATADA terá de providenciar a solução completa do reparo, contadas da notificação do problema, no prazo máximo de:

2.9.2.1. 08 (oito) horas, para o link da Secretaria (Item 01); e

2.9.2.2. 24 (vinte e quatro) horas, para os demais links (Itens 02 e 03).

2.9.3. No período eleitoral, entendido este como o lapso temporal de 12 (doze) dias que antecedem aos pleitos eleitorais e considerados também os 2 (dois) dias subsequentes a cada turno das eleições, a solução que trata o subitem 2.9.2 deverá ocorrer, contadas da notificação do problema, no prazo máximo de:

2.9.3.1. 04 (quatro) horas, para o link da Secretaria (Item 01); e

2.9.3.2. 12 (doze) horas, para os demais links (Itens 02 e 03).

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de conectar o backbone secundário da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul a fim de prover os serviços eleitorais de forma segura a todos os cidadãos.

3.2. Os OBJETIVOS a serem alcançados por meio da contratação são: Melhorar a qualidade do atendimento dos usuários de TIC do TRE-MS.

3.3. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são:

3.3.1. Maior capacidade dos links que compõe a rede Backbone Secundário, com garantia de velocidade necessárias.

3.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI 0009204-19.2022.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3.5 Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de capacitação

4.1.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.2. Requisitos Legais.

4.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.3. Requisitos Temporais

4.3.1. O prazo de instalação do link não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data de solicitação de instalação da fiscalização, de cada um dos links.

4.3.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.3.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.5. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.6. Sustentabilidade:

a) Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

b) Caso a impressão seja necessária, a empresa deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

c) Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu

preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

d) As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

e) A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8. Garantia da Contratação: Haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto terá início a partir da assinatura do contrato.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os equipamentos de comunicação da contratada devem ficar em local indicado pelo Fiscal Local, de preferência protegido em Rack num ambiente climatizado adequado ao funcionamento do equipamento;

Item	Município	Endereço
01	Campo Grande	Av. Des. Leão Neto do Carmo, 23, Datacenter - Parque dos Poderes
02	Corumbá	Rua Duque De Caxias, 45 - Nossa Senhora de Fátima
02	Três Lagoas	Rua Alfredo Justino, 1100 - Centro
02	Dourados	Rua Montese, 435 - Jardim Londrina
02	Ponta Porã	Rua Baltazar Saldanha, 1591 - Jardim Ipanema
03	Amambai	Rua Antônio Martins Dutra, 1521 - Centro
03	Navirai	Avenida Iguatemi, 159 - Centro
03	Cassilândia	Rua Antônio Paulino, 445 - Centro
03	Fátima do Sul	Rua Ipiranga, 841 - Jardim Primavera
03	Nova Andradina	Rua Walter Hubacher, 1220 - Centro
03	Bataguassu	Rua Odorilho Ferreira, 135 - Centro
03	Aquidauana	Rua Nilza Ferraz ribeiro, 400 - Cidade Nova
03	Rio Brilhante	Rua Rio Brilhante, 1114 - Vila Maria
03	Coxim	Rua General Mendes de Moraes, 86 - Jardim Aeroporto
03	Paranaíba	Rua José Robalinho da Silva, 235 - Jardim Santa Monica
03	Camapuã	Rua João da Mota, 461 - Vila Diamantina
03	Miranda	Rua 7 de Setembro, 861 - Centro
03	Maracaju	Rua Appa, 101 - Centro
03	Bela Vista	Rua São Geraldo, 65 - Centro
03	Porto Murtinho	Rua Coronel Ponce, 439 - Centro
03	Rio Verde de Mato Grosso	Avenida Dom Pedro II, 240 - Centro

Item	Município	Endereço
03	Jardim	Rua Tenente Ernani Gusmão, 261 - Centro
03	Água Clara	Avenida Julio Maia, 1174, Sala 04 - Centro
03	Aparecida do Taboado	Rua Mato Grosso do Sul, 3881 - Jardim Brandini II
03	Eldorado	Rua Irmã Aristela, 531 - Jardim das Grevileas
03	Sonora	Rua da Saudade, 1048 - Centro
03	Ivinhema	Rua Francisco Pieretti, 211 - Guiray
03	Caarapó	Avenida Dom Pedro II, 212 - Centro
03	Bonito	Rua Olivio Jacques, 849 - Vila Donaria
03	Sidrolândia	Rua Minas Gerais, 1346 - Centro
03	Ribas do Rio Pardo	Avenida Nelson Lyrio, 2354 - Centro
03	Mundo Novo	Rua Tupinamba, 69 - Centro
03	Bandeirantes	Rua Arthur Bernardes, 4032 - Centro
03	Costa Rica	Rua José Pereira da Silva, 373 - Santos Dumont
03	Deodópolis	Avenida Genário da Costa Matos, 730 - Centro
03	São Gabriel do Oeste	Rua São Paulo, 2305 - Centro
03	Brasilândia	Rua Bartolomeu Viana Cavalcante, 183 - Jardim Camargo
03	Nioaque	Rua Primeiro de Março, 167 - Centro
03	Chapadão do Sul	Avenida Mato Grosso do Sul, 395 - Parque União
03	Anastácio	Avenida Juscelino Kubtschek, 1495 - Centro
03	Jateí	Rua José Cornélio de Souza - Centro
03	Anaurilândia	Av. Mato Grosso, 372 - Centro
03	Nova Alvorada do Sul	Av. Irineu de Souza Araújo, 1445 - Jardim Eldorado
03	Bodoquena	Av. Manoel Rodrigues de Oliveira, 762 - Centro
03	Inocência	Av. Alexandre Batista Garcia, 923 - Centro
03	Iguatemi	Rua Laudelino Peixoto, 1229 - Centro
03	Itaquirai	Av. Mato Grosso, 350 (Anexo ao Fórum) - Centro
03	Pedro Gomes	Rua Cáceres, 282 - Centro
03	Angélica	Rua Treze de Maio, 676 - Centro Cívico
03	Sete Quedas	Rua Monteiro Lobato, 675 - Centro
03	Tacuru	Rua Luis Menão, 550 - Centro
03	Alcinópolis	Rua Maria Teodora de Freitas Nery, 518 - Centro
03	Glória de Dourados	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1895 - Centro
03	Rio Negro	Av. Brasil, 990 - Centro
03	Dois Irmãos do Buriti	Rua Vicente Anastácio - Bloco C2 - Centro

Item	Município	Endereço
03	Paranhos	Rua Josevaldo Cordeiro Manso, 1508 - Centro
03	Aral Moreira	Rua Bento Marques, 795 - Centro
03	Coronel Sapucaia	Rua Waldomiro Maciel, 785 - Centro
03	Antonio João	Avenida Wilmar Martinez Marques, 385 - Centro
03	Terenos	Av. José Antonio Paniago, 119 - Centro
03	Selvória	Rua Vereador Issac Lalue, 938 - Centro
03	Figueirão	Rua José Cláudio de Lima, 813 - Jardim Aeroporto
03	Santa Rita do Pardo	Rua Reni Campos de Araújo, 684 - Centro
03	Laguna Carapã	Rua Gabriel Cabral, 519 - Monte Alegre
03	Paraíso das Águas	Avenida Manoel Rodrigues da Cruz, 423 - Centro
03	Vicentina	Sem local definido
03	Batayporã	Sem local definido
03	Taquarussu	Sem local definido
03	Novo Horizonte do Sul	Sem local definido
03	Caracol	Sem local definido
03	Douradina	Sem local definido
03	Guia Lopes da Laguna	Sem local definido
03	Juti	Sem local definido
03	Japorã	Sem local definido
03	Jaraguari	Sem local definido
03	Rochedo	Sem local definido
03	Corguinho	Sem local definido
03	Itaporã	Sem local definido
03	Ladário	Sem local definido
03	Campo Grande	Av. Des. Leão Neto do Carmo, 23 - Parque dos Poderes
	Campo Grande	Rua Sete de Setembro, 174 - Centro
	Campo Grande	Sem local definido
	Campo Grande	Sem local definido
	Campo Grande	Sem local definido
	Campo Grande	Sem local definido
	Campo Grande	Sem local definido
	Campo Grande	Sem local definido

5.3. Os prazos para instalação dos subitens "Sem local definido", serão contados a partir da manifestação da Contratada acerca da viabilidade de instalação no endereço informado pela fiscalização na solicitação de instalação do Link de Dados.

5.3.1 O prazo para responder sobre a viabilidade de instalação no endereço informado pela fiscalização deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após à solicitação pela fiscalização.

5.4. Faculta-se ao TRE/MS solicitar alteração de endereço de instalação dos links de acesso à Internet durante a vigência do contrato.

5.4.1. Em caso de necessidade de alteração de endereço de um dos locais de instalação por parte da Justiça Eleitoral, com o objetivo de ficar o menor tempo possível sem comunicação de dados, caso necessário, um novo link poderá ser instalado no endereço destino. Ao finalizar a mudança de endereço do prédio da Justiça Eleitoral, o link do endereço origem será desinstalado.

5.4.2. Durante o processo de mudança de prédio da Justiça Eleitoral, caso o novo link no endereço destino tenha sido instalado, serão faturados tanto o link do endereço origem quanto o link do endereço destino.

5.4.2.1. O valor a ser cobrado pelo link do endereço destino deverá corresponder ao valor cobrado pelo link do endereço origem.

5.4.3. Os links a serem instalados no endereço destino deverão obedecer as mesmas características técnicas do link instalado no endereço origem.

Transferência de conhecimento

5.5. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto;

5.6. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.6.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

5.6.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado pela CONTRATADA, encontram-se nos ANEXOS I "a" e I "b".

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) Encaminhar formalmente a demanda por meio de e-mail, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- e) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- g) Comunicar a empresa as indisponibilidades, através da fiscalização, com base no monitoramento de links e abertura de chamados internos, quando estas não são realizadas pró-ativamente pela CONTRATADA;
- h) Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual;
- i) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- j) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- k) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- l) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- m) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- n) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

6.2. São obrigações da CONTRATADA

- a) Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência;
- b) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- c) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- d) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos

serviços pela CONTRATANTE;

e) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

g) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

h) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

j) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

k) Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

l) Fazer a transição contratual, quando for o caso;

m) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

n) Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

o) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas

adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante e-mail;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão mensurados mediante ferramenta de monitoramento do TRE-MS.

8.1.1. Uma vez verificada medição inferior a prevista em contrato, os valores proporcionais deverão ser deduzidos da nota fiscal a ser paga, no mês corrente ou automaticamente no mês subsequente. Isso não prejudica a apuração de responsabilidade e eventuais penalidades a serem aplicadas.

8.1.1.1. O pagamento proporcional, indicado na cláusula acima, não prejudica a glosa no pagamento pela indisponibilidade dos serviços, nos termos do Anexo I.c - Acordo de Nível de Serviço (ANS), deste Termo de Referência.

8.1.2. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.

8.1.3. A Contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura de Serviço até o 5º dia útil de cada mês, e encaminhá-la ao TRE/MS, de modo que seja recebida por este com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do vencimento.

8.2. Os recebimento provisório será realizado pela fiscalização (STI), no prazo de até 10 (dez) dias, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VIII do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.3.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.4. O prazo constante no item 8.2. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será mensal, sendo efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.1.1. Só serão pagos os serviços efetivamente executados e devidamente aceitos e recebidos pela fiscalização.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

12. DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA - APLICA-SE A MARGEM DE PREFERÊNCIA CONFORME DESCRITO A SEGUIR:

12.1. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA

UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

13.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

13.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

13.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

13.5. Será solicitado que a empresa possua outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia dentro da Região II do Plano Geral de Outorgas da ANATEL.

13.6. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou de forma satisfatória serviço de características semelhantes aos objetos desta licitação.

13.6.1. Entendem-se como serviços similares a instalação de links dedicados de dados, conforme indicado abaixo:

a). Para o lote com apenas o link para Campo Grande (500Mbps), será solicitado o atestado de capacidade técnica que comprove que a empresa já forneceu link com, pelo menos, 50% da capacidade. Ou seja, link com, no mínimo, 250Mbps. **Não será aceito somatório de atestados para comprovação.**

b). Para o lote com os links de 50Mbps, será solicitado que a empresa apresente atestado de capacidade técnica que comprove que a mesma realizou serviço semelhante com entrega de, pelo menos, 50% das quantidades previstas nessa contratação, ou seja, 2 links simultaneamente de 50Mbps. Será aceito somatório de atestados para comprovação.

c). Para o lote com os links de 30Mbps, será solicitado que a empresa apresente atestado de capacidade técnica que comprove que a mesma realizou serviço semelhante com entrega de, pelo menos, 50% das quantidades previstas nessa contratação, ou seja, 41 links simultaneamente de 30Mbps. Será aceito somatório de atestados para comprovação.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.177.448,20 (seis milhões, cento e setenta e sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS

II) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

IV) Elemento de Despesa: 3390.40.13- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

Campo Grande, MS.

Marcelo Silva de Novaes

Integrante Demandante

Robson Massaki Kobayashi

Integrante Técnico

Thiago Jorge Marinho Vieira

Integrante Técnico

Sônia Aparecida Granja Anelli

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 31/07/2023, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1480503** e o código CRC **E3D95B9F**.



0002790-05.2022.6.12.8000

1480503v2